

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Ganhar as massas para a ideia de que a luta será dura e difícil, de que os fascistas utilizarão todos os meios para se manterem no poder, de que a agudização da luta de classes conduzirá a um choque frontal pela força; forjar um exército político ligado às massas, e voltado para a mobilização das massas com essa perspectiva; tomar nas várias direcções da actividade política e de organização uma orientação e medidas práticas correspondentes a essa perspectiva, — são tarefas intimamente relacionadas com a acção na fase actual».

(Comité Central do P.C.P. — Agosto de 1969)

DESMASCARADA A BURLA ELEITORAL DEFENDER AS POSIÇÕES CONQUISTADAS AO FASCISMO! CONTINUAR E AMPLIAR A BATALHA PELA LIBERDADE!

Do resultado da campanha «eleitoral», da ida da Oposição até à boca das urnas e do apuramento «oficial» das «eleições», podem tirar-se já algumas conclusões.

A burla eleitoral foi posta a nú. O governo sai mais isolado. Nos locais onde houve uma efectiva fiscalização das «eleições» por parte da Oposição democrática, verificou-se que, para além dum recenseamento falsificado, donde foram cortados ou nunca foram inscritos muitas centenas de milhar de democratas e onde foi inscrito, officiosamente, tudo quanto com vontade ou sem ela pode ser «levado» a «votar» com o regime (funcionalismo público e dos organismos corporativos, forças armadas, polícias, GNR, freiras, etc., além de todos os apaniguados e beneficiários do regime), mesmo nestas condições, a maioria do «eleitorado» não se apresentou às urnas por não ter confiança nas «elei-

ções» fascistas.

Apesar da descarada intervenção do próprio Marcelo Caetano na véspera das «eleições», tentando influenciar o eleitorado a seu favor, afirmando que «pior que tudo seria a «abstenção» e agitando o espantinho do anti-comunismo e da guerra civil, a elevada percentagem de abstenções verificada, torna-se ainda mais significativa, comprova o isolamento do regime e do seu chefe.

Nos distritos de Lisboa e Setúbal, por exemplo, só votaram 48% e 47% dos eleitores inscritos e os candidatos da «União Nacional» foram «eleitos» apenas por 36% e 30%, respectivamente, desses eleitores. Como Lisboa e Setúbal foram os distritos onde se verificou uma mais efectiva fiscalização e onde é mais elevada a politização das massas, pode calcular-se o que terá sido, na realidade, a abstenção no resto do país e como

os resultados aí apresentados oficialmente são o produto das habituais «chapeladas» e falsificações de toda a ordem.

O aspecto mais flagrante e descarado desta burla eleitoral, consiste precisamente em continuar a apresentar elevadas percentagens de votantes em regiões e distritos onde o desinteresse do povo pelo acto «eleitoral» é necessariamente maior, devido a um menor grau de politização e à ausência de candidatos da oposição.

Devido a tudo isto a burla eleitoral ficou completamente a nú e o governo de Marcelo Caetano, sai das «eleições» completamente desmascarado e mais isolado.

A «Assembleia Nacional» fascista surge aos olhos do povo menos representativa do que nunca.

«Eleita» por uma minoria dos cidadãos inscritos no recenseamento actual que já por si não corresponde, nem de longe, à massa do corpo eleitoral do país,

a Assembleia Nacional fascista é mais do que nunca representante apenas do partido único — a «União Nacional» — e da sua clientela. O seu isolamento e falta de autoridade tornar-se-á, por isso mais acentuado que nunca. Também, deste modo, o governo de Marcelo Caetano agravou o seu isolamento político e o descrédito perante o país e o estrangeiro. A sua demagogia «liberalizante» saiu completamente desmascarada.

Quebrou-se o imobilismo político fascista e o monopólio político da «União Nacional».

No decorrer do último ano a Oposição Democrática surgiu como uma grande força política nacional, criou o seu próprio movimento estruturado e assente nas amplas massas, tomou a iniciativa política nas várias frentes, desde as lutas reivindicativas às acções políticas, quebrou o tradicional imobilismo político fascista. Com a sua intervenção na campanha «eleitoral» levando a batalha pela liberdade até à boca das urnas, a Oposição Democrática soube aproveitar inteligentemente a nova situação política criada no país, prestigiando, pela sua acção junto do povo, milhares de dirigentes populares, criando, assim, as condições fundamentais para se firmar definitivamente como força política nacional capaz de continuar e desenvolver a batalha pela liberdade e a democracia.

Representando 154.000 eleitores (20% do total), dum recenseamento falsificado como é o actual, mas representando na prática muitos milhões de portugueses que não estão com o fascismo, não estando por isso inscritos como eleitores, destacando-se neste número a imensa maioria das massas trabalhadoras e da juventude, a Oposição Democrática representa hoje uma força política que não pode mais ser ignorada na actividade prática e na consideração e solução de vários problemas nacionais.

O Movimento democrático conquistou definitivamente o direito a fazer-se reconhecer como uma força política legal permanente. A concorrência às urnas e o resultado «eleitoral», mesmo falsificado, conferem à Oposição democrática uma força moral e política suplementar para continuar e intensificar a luta legal de massas pelos grandes objectivos

Greve dos valentes ferroviários

ARRANCADA PARA UMA VASTA OFENSIVA DA CLASSE OPERÁRIA

O potencial combativo da classe operária no actual momento ficou bem patente na greve dos valentes ferroviários, das 15 às 16 horas, no dia 20 de Outubro.

Nas oficinas, nas estações, nos escritórios, nas linhas, milhares e milhares de ferroviários de todo o País recorreram à greve por não serem satisfeitos as suas justas reivindicações e continuarem a ser impedidos de intervir na discussão do Contrato Colectivo de Trabalho cujas negociações se arrastam nas suas costas há longos meses.

Os operários das oficinas do Entroncamento (2.500), do Barreiro (2.000) e muitos milhares das oficinas da Figueira da Foz, Santa Apolónia, Campolide e Cruz da Pedra aderiram totalmente à greve.

Do mesmo modo, em toda a linha de Sintra, em muitas estações do norte (V. Franca, Rodão, Castelo Branco, Braga e outras) e do sul (Barreiro e Palmela, entre outras) a greve foi total.

Na estação de Santa Apolónia, completamente paralisada pela greve, o chefe da estação não soube impôr a vontade dos fer-

roviários às exigências da Pide: deu a partida a 2 comboios de longo curso que foram logo ocupados por numerosos agentes da Pide...

Em muitas estações, a greve foi parcial: Entroncamento, Alhos Vedros, Casa Branca, Beja e muitas outras.

Greve total na estação do Rossio, em todas as secções. Os relógios tinham marcado a hora do início da luta. O comboio que devia partir para Sintra ainda arrancou, embora anteriormente alguém tivesse retirado da máquina alguns fusíveis. Mas imobilizou-se percorridos poucos metros: o sinal de alarme pressionado por alguém deteve a sua marcha. Grande alarido do pessoal e do público que já enchia a gare. Pelo altifalante, o chefe da estação indica aos passageiros o número de outra linha. Porém, o comboio que ali estava também já tinha sido posto em estado de não poder marchar. Não há partidas!

As mulheres dos vários serviços (bilheteiras, empregadas, etc) que se haviam concentrado no cais, foram chamar os empregados

do do escritório e restante pessoal que faziam greve nas respectivas secções. Cerca de 1.000 ferroviários de todas as categorias convergiram para o cais e aí permaneceram, numa bela demonstração de unidade combativa. Associando-se aos ferroviários, os passageiros que, entretanto, afluíam para a estação, aplaudiram a greve.

Os relógios marcaram as 16 horas. Uma extraordinária ovação de regozijo partindo de uma multidão de mais de 2.000 pessoas apinhadas no cais, marcou o fim da luta. Palmas, gritos de entusiasmo e muitos olhos marejados de lágrimas, pelo êxito da greve.

A greve fora precedida dum reunião nacional em que estiveram mais de 100 ferroviários de vários pontos do País. Depois da concentração de mais de 1.000 ferroviários no Rossio, no dia 2 de Agosto, a preparação e realização da greve no dia 20 de Outubro foi uma vitória dos ferroviários sobre as manobras dilatórias e de intimidação do governo e da C.P. Estes foram for-

(continua na 4.ª pág.)

(continua na 2.ª pág.)

CONTINUAR E AMPLIAR A BATALHA PELA LIBERDADE!

(continuação da 1.ª pág.)

democráticos do povo português.

A concorrência às urnas não legitimou a ditadura

Atravessando a mais grave crise da sua história, enfrentando um período crucial da sua existência, o regime fascista estava objectivamente interessado na concorrência às urnas por parte da Oposição Democrática, com vistas a fazer passar o «velho» regime fascista, aos olhos do país e do estrangeiro, por um regime «renovado» pela demagogia «liberalizante» de M. Caetano.

Entalado entre as exigências desta demagogia e o forte movimento democrático de massas que se desenvolveu a partir dos primeiros meses de 1969, caracterizado pelas lutas da classe operária e por importantes iniciativas políticas, M. Caetano foi obrigado a fazer importantes concessões relativas à participação da Oposição nas «eleições» de 26 de Outubro.

A legalização e generalização das comissões eleitorais, como estruturas democráticas, assim como a obtenção da cópia dos cadernos eleitorais e o direito de fiscalização do acto eleitoral, foram importantes conquistas da Oposição Democrática. É verdade que, forçado a tais concessões, o governo fez tudo para lhes diminuir o alcance prático, quer regulamentando o funcionamento das comissões eleitorais em limites estreitos, quer pondo toda a espécie de entraves à cópia dos cadernos eleitorais e à apresentação de candidaturas e à propagação eleitoral. Rompendo com grande força nos principais centros do país, o movimento democrático venceu muitas vezes as limitações e obstáculos que o governo lhe levantou. Formaram-se em todos os distritos comissões democráticas eleitorais e foram apresentados candidatos do povo à escala na-

cional. Nas Ilhas Adjacentes o movimento democrático firmou-se e apresentou igualmente candidatos nos distritos de Ponta Delgada e no Funchal.

Na sua acção de esclarecimento político a Oposição Democrática agitou e discutiu na imprensa e por outros meios, mesmo contra a vontade do governo, os mais candentes problemas nacionais, tais como a situação económica do País, a censura, a formação de partidos políticos, a guerra colonial e a amnistia e a situação e reivindicação das massas trabalhadoras assim como a política externa do regime. Realizaram-se por todo o país centenas de reuniões e comícios, mobilizando centenas de milhares de pessoas, onde todos estes e outros problemas foram debatidos largamente.

«Desmascarando a política e a demagogia fascista e a falsidade das suas «eleições», — como afirmou o camarada **Alvaro Cunhal** na sua Alocução ao país, transmitida pela RPL em 16 de Outubro — empunhando firmemente a bandeira das reivindicações populares, senhor dum organização nacional em pleno desenvolvimento e dum ampla base de apoio, o movimento democrático, ao aparecer no terreno «eleitoral», afirma-se como um grande movimento nacional de massas, que longe de caucionar o regime fascista e as suas manobras, obriga o fascismo a recuar em numerosas frentes, conquista posições e avança corajosamente a questão central da política portuguesa: a exigência do fim da ditadura fascista, a instauração das liberdades democráticas.

«É esse o objectivo do movimento democrático, a sua única

razão de ser e o motivo da sua presença na chamada «batalha eleitoral» — frisou justamente o camarada **Alvaro Cunhal**.

Assim, ao concorrer ao acto «eleitoral», ao dispor-se a participar nas «eleições» nas mais desvantajosas condições, a Oposição Democrática soube aproveitar justamente as condições criadas para

travar a batalha pela liberdade no próprio terreno da legalidade fascista. Deste modo a burla eleitoral foi posta a nã. A ditadura fascista não ficou legitimada, mas desmascarada e mais enfraquecida. A Oposição Democrática conquistou novas e importantes posições para prosseguir a luta pela liberdade.

Continuar e reforçar a luta pela liberdade!

Por reivindicações democráticas imediatas!

«A situação não pode voltar ao que era antes». — Proclamava justamente o manifesto da Comissão Executiva do CC, de 18 de Outubro último — «A Actividade política do povo português não pode nem deve parar, nem deve afrouxar sequer com o termo da campanha «eleitoral».

«A luta pela continuação da existência legal de todas as estruturas democráticas já criadas, assim como dos seus meios de acção, nomeadamente as comissões, sedes, boletins, etc., é um objectivo à volta do qual se deve procurar desde já realzar a mais ampla unidade de acção de todas as correntes da Oposição Democrática.

«Manter as posições conquistadas no terreno da organização, reforçá-las e ampliá-las através da luta, é uma condição funda-

mental para que o movimento democrático dê novos passos em frente na luta pela democracia e a liberdade. O povo criou as comissões democráticas. O povo deve continuar a luta para as defender e manter. Não ceder às intimidações, não recuar, organizar as massas para a luta para a defesa desta conquista, é um dever e uma tarefa de todos os democratas e antifascistas».

Os resultados alcançados com a intervenção da Oposição Democrática na campanha «eleitoral» e nas «eleições» de 26 de Outubro, devem ser consolidadas e alargadas impondo ao governo o reconhecimento definitivo do direito de existência e da organização legal das grandes correntes de opinião democrática que se definiram e formaram no actual contexto político da vida nacional.

A BATUTA ERA FALSA METEU POLÍCIA E A CENSURA CORTOU

No final da sessão de «esclarecimento» da União Nacional, realizada em Braga, o candidato barriguista **Antão Santos Cunha** propôs o envio dum telegrama a M. Caetano mostrando repulsa pela Oposição democrática se ter pronunciado pelo direito à auto-determinação dos povos das colónias. Mas com que espanto, para o mano do governador civil e de outros, ouviram alguém, do fundo da sala, gritar um forte não apoiado, logo secundado por palmas e mais não apoiado, vindos dum boa parte da assistência. A confusão foi tal que meteu polícia para serenar os ânimos.

No final da sessão, espumando de raiva, o **Antão** foi verberar e pedir contas ao responsável do incidente familiar, com quem se engalfinhou. Só a polícia os conseguiu separar.

das, que os fascistas reconhecem existir no Forte de Peniche e de Caxias, encontram-se **Pires Jorge**, **Octávio Pato**, **Dias Lourenço**, **Blanqui Teixeira**, **José Magro**, **Rosalina Labaredas**, **Madalena Marques de Oliveira** e muitos outros, alguns dos quais com a saúde gravemente abalada por longos anos de prisão.

Enquanto existir presos políticos em Portugal, a batalha pela Amnistia não pode parar! Deve ser cada vez mais vigoroso o grito de «Amnistia! Amnistia! Amnistia!»

Qual a causa do incidente? O mau hábito da batuta. Vários apuniguados tinham recebido indicações para secundarem e baterem palmas quando ouvissem uma voz gritar. Assim fizeram e parte da assistência, habituada ao processo, secundou mesmo. Mas o concerto saíu desconcertado porque a batuta não era a indicada.

Tudo fruto de querelas entre família»

Rádio Portugal Livre

Transmite todos os dias das 8 às 8,30 em 19 metros; das 19 às 21 horas em 26 metros. A última emissão é transmitida das 0,20 às 0,50 em 26, 32 e 36 metros.

Aos domingos uma emissão especial dedicada aos camponeses vai para o ar das 13 às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

Rádio Moscovo

Todos os dias das 19,30 às 20 h. e das 20,30 às 21 horas, nas bandas de 51, 41 e 39 metros.

Voz da Liberdade

Transmite todas as quartas e sábados a partir da 1,15 (da madrugada) em ondas curtas de 25, 51 e 49 metros e em ondas médias de 250 e 320 metros.

AMNISTIA! UM CLAMOR NACIONAL

Na batalha do povo português pela Liberdade e pela Amnistia, uma nova vitória foi alcançada.

Júlio Martins, **Adelino Pereira**, **Colélia Fernandes**, **Maria Cabecinha**, **Alice Capela**, **Maria da Glória Simões**, **Julietta Cabrita**, que passaram fongos anos na prisão, foram libertados.

A força do movimento pela Amnistia, que cresceu de maneira indomável durante o período «eleitoral», os gritos de «Liberdade para os presos políticos», « regresso dos exilados », « Abaixo a Pide », « Amnistia », que soaram em quase todos os comícios e nas mais expressivas manifestações populares, os abaixo-assinados aos presidentes da República, do Conselho e ao ministro do Interior, com milhares de assinaturas vindas dos vários distritos do País, reclamando uma Amnistia total e imediata, desorientaram

os governantes fascistas.

Pela pressão das forças democráticas e das massas populares, na tentativa vã de iludir a opinião pública, o governo veio afirmar publicamente, com a mais degradante hipocrisia, que não há presos políticos em Portugal.

Em vários comícios democráticos, candidatos e outros oradores, citando nomes e descrevendo as torturas policiais de toda a espécie a que estão submetidos os presos políticos em Peniche, Caxias e Tarragal foram, entre muitos, um veemente desmentido às falsidades propaladas pelo governo. O democrata **Joaquim Ribeiro**, que conheceu os cárceres fascistas e viveu 15 anos no Campo sinistro do Tarragal, afirmou poder testemunhar pessoalmente sobre os métodos de violência e terror dos algozes fascistas.

Entre as 92 pessoas encarcera-



Foi nas ruas e nos comícios que o povo exprimiu os seus anseios

Não estando a grande massa dos trabalhadores e da juventude recenseada, dispoñdo a Oposição Democrática apenas de um escasso mês para realizar a sua propaganda e criar simultaneamente as estruturas orgânicas necessárias para conduzir a campanha «eleitoral», e mesmo assim com grandes limitações e

proibições, sempre com a ameaça da repressão policial e ainda com listas de «voto» reconhecíveis à primeira vista (o que representou uma nova forma de intimidação e não a menor), as «eleições» não podiam ter sido outra coisa senão uma burla colossal, que só pode ter surpreendido as almas ingênuas.

O povo português não está com o regime nem com o governo de M. Caetano

Não é, pois, nos resultados fornecidos pelo governo fascista de M. Caetano que se pode ver expressa a vontade do povo. Foi nos comícios, nas várias manifestações de rua, no acolhimento entusiástico pelas massas aos candidatos da Oposição, que o povo português exprimiu a sua determinação de se libertar do jugo fascista e de conquistar a liberdade política, a paz, uma vida melhor.

A desproporção entre os co-

mícios da Oposição, massivos, entusiásticos, e os do partido fascista «União Nacional», com as salas quase sempre com cla-reiras, mostra à evidência que o povo português aspira ardentemente a uma mudança de regime e de governo num sentido democrático. (E note-se que as entradas nalguns comícios da Oposição eram pagas e em todos eram feitas recolhidas de fundos para fazer face às despesas com a campanha «eleitoral»).

O 5 de Outubro

grande jornada política contra o regime

Além do que já dissemos no último número do «Avante!» no Porto, os comícios na sede da C.D.P. e no Coliseu reuniram respectivamente cerca de 2.000 e 3.000 pessoas. A manifestação no Prado do Repouso englobou mais de 4.000 pessoas. Nos cartazes desfaldados lia-se: Amnistia! Regresso dos Exilados! Solidariedade a Coimbra! Abaixo o Fascismo! Fim da Guerra Colonial!

Uma caravana com cerca de 100 automóveis percorreu alguns concelhos e apesar da intervenção e presença constante das forças repressivas, milhares e milhares de pessoas em Matosinhos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Maia, Santo Tirso, Gondomar, Valongo, manifestaram-se pela Amnistia, contra a PIDE, pela Liberdade. Na Trofa, mais de 1.000 pessoas e em Paços de Ferreira, cerca de 1.000 aclamaram entusiasticamente os candidatos do povo gritando: Liberdade Democráticas! Amnistia! Viva a Liberdade! Abaixo o Fascismo! Abaixo a Guerra Colonial! Por toda a parte a propa-

ganda que os democratas da caravana distribuíam era recebida com alegria.

Em Aveiro, grande e entusiástico comício com cerca de 2.500 pessoas.

Na Mealhada, caravana automóvel com a bandeira nacional desfaldada percorreu todas as freguesias do concelho onde foi vibrantemente recebida, assim como a propaganda que iam distribuindo.

Em Viseu, comício comemorativo no teatro local.

Em Coimbra, comício no Teatro Avenida com a sala superlotada. Entre outros foram abordados os problemas dos presos políticos, da guerra colonial e da base aérea de Beja.

Em Alcobaca, centenas de pessoas foram em romagem ao cemitério local honrar os combatentes pela liberdade.

Na Marinha Grande, grande concentração de mais de 2.000 pessoas. No comício público realizado foram levantadas as reivindicações locais e as da classe operária, tendo sido vitoriosa a liberdade e a democracia.

Em Leiria, caravana com cerca de 70 carros percorrendo o distrito, distribuindo profusamente propaganda democrática e realizando pequenos comícios. Acolhida com entusiasmo por toda a parte.

Nas Caldas da Rainha, romagem ao cemitério local de mais de 600 pessoas onde democratas pronunciaram discursos apolo-géticos da liberdade e da democracia.

Em Loures, caravana automóvel ao longo de todo o concelho. Partindo de Moscavide dirigiu-se para Sacavém onde se encontrou com o cortejo presidencial que se dirigia com o chefe do Estado para Santa Iria, provocando um engarrafamento de trânsito. Democratas aproveitaram a circunstância para fazer uma larga distribuição de propaganda sobre as «eleições». Rompem entusiásticos gritos de Abaixo o Fascismo e de Viva a Liberdade. Mais tarde esses gritos voltariam a soar diante dos muros da fábrica Covina onde se encontrava o contra-almirante Tomás em festa com os seus amigos e grandes exploradores, o banqueiro Cupertino de Miranda e o industrial Lúcio Feteira. Em Sacavém, cerca de 2.000 pessoas, no Tojal, mais de 1.000, em Bucelas, e Santa Iria, a caravana democrática foi recebida por concentrações populares que gritavam as consignas democráticas e as reivindicações da classe operária. Em Santa Iria, a caravana era esperada em frente da Covina onde se repetiram os vivas e os gritos

de «Aumento de Salários!». Uma grande inscrição no muro da fábrica expressava as reivindicações dos operários. Na vila de Loures, a polícia interveio e prendeu o candidato Dr. Gaspar Teixeira. Outro candidato, Dr. Mestre, corre à esquadra onde protesta e exige a libertação do seu companheiro de lista, Junta-se muita gente que rompe em vivas à Liberdade, Abaixo o Fascismo, Temos Fome, Aumento de Salários, Acabem com a Guerra Injusta nas Colónias, etc.. A massa só arredou pé quando uma hora depois a polícia libertou os dois candidatos de Lisboa.

Em Vila Franca de Xira, agitação durante a feira, pequenos comícios, romagens ao cemitério. Desfaldadas bandeiras nacionais: Formada uma Comissão Pró-Amnistia e de Solidariedade aos presos políticos.

No Barreiro, Romagem no cemitério com mais de mil pessoas, discurso exaltando a data e a luta pela liberdade, pelo pão e pela paz, por um demócrata; vivas à Liberdade e à Democracia e Abaixo o Fascismo e a Guerra Colonial — Amnistia, etc.. Seguidamente iniciou-se uma marcha pelas principais ruas da vila que englobou cerca de 2.000 pessoas. A frente da manifestação, populares arvoravam bandeiras nacionais. A multidão cantou a Portuguesa, gritando constantemente as reivindicações democráticas.

Também na Moita, Almada, Castelo Branco, Beja, etc, se realizaram várias manifestações democráticas no dia 5 de Outubro.

As massas populares disseram não ao regime e à política antinacional do governo

Não. Não foi nas urnas que se expressou a vontade popular. Foi nos comícios que ela se expressou abertamente contra o fascismo em reuniões e colóquios, nas ruas (continua na 6.ª pág.)

TODOS AO RECENSEAMENTO!

Hoje como ontem, a ditadura não está interessada num recenseamento geral da população, democrático, para fins eleitorais, e isso é assim porque se dá conta que não tem a simpatia nem o apoio do povo.

As recentes «eleições» para deputados mais uma vez deixaram clara esta realidade.

Mas as «eleições» mostraram também que as coisas não podem continuar como antes.

O recenseamento eleitoral, nas condições presentes, reveste-se de uma grande importância política. A luta pelo esclarecimento e recenseamento de todos os portugueses e portuguesas com direito a voto, a travar de Janeiro a Maio do próximo ano, integra-se na luta geral do povo português pela conquista da liberdade política.

Por isso, aos democratas, e em primeiro lugar aos comunistas, se coloca a necessidade de desde já trocarmos opiniões e tomarmos decisões práticas de organização, mobilização e propaganda, com vista à batalha pelo recenseamento, pela inscrição de todos os portugueses e portuguesas

com direito a voto. A juntar às Comissões Democráticas formadas durante a campanha «eleitoral», devem formar-se Comissões Promotoras de Voto.

Por outro lado, segundo a lei fascista, as eleições para as Juntas de Freguesia terão lugar em 1970. Em anos sucessivos, os democratas em geral não lhes têm dado a importância política que realmente têm. A batalha política travada no terreno das «eleições» deve ter demonstrado a todos os democratas que não era acertado subestimar o papel que as «eleições» para as Juntas de Freguesia podem desempenhar no desenvolvimento da luta geral pela liberdade e a democracia.

Operários! Trabalhadores! Jovens maiores de 21 anos! Democratas! Portugueses e portuguesas! Preparemo-nos por toda a parte à batalha política pelo recenseamento!

Nas fábricas, em todos os locais de trabalho, nas Universidades, nas freguesias, nos concelhos e distritos, formai Comissões Promotoras de Voto e entras a fim de esclarecer e ajudar o povo português a recensear-se!

Comemoremos

O 1.º DE DEZEMBRO E O 31 DE JANEIRO

Pela sua política antinacional de escancaramento do País ao capital monopolista estrangeiro e de cedência de parcelas do território nacional para a instalação de bases militares estrangeiras, os actuais governantes são bem os continuadores de Cristóvão de Moura e Miguel de Vasconcelos.

É tempo de reavermos a data histórica do 1.º de Dezembro que os fascistas nos roubaram! É tempo de a comemorarmos condignamente!

O tempo já é escasso, mas ainda é possível escrever artigos, realizar palestras, colóquios, reuniões e mesmo assembleias e outras manifestações, exaltando o significado histórico da Revolu-

ção Libertadora de 1 de Dezembro de 1640.

O 31 de Janeiro, aniversário da primeira tentativa revolucionária da instauração da República também não tarda. Esta data é particularmente cara às populações do Porto e arredores. Mas ao seu significado são igualmente sensíveis todos os que aspiram ver a sua Pátria livre, democrática e próspera.

Todos devem encarar desde já iniciativas e tarefas práticas a realizar, com vista a uma comemoração digna dos heróis do 31 de Janeiro.

Juventude! Trabalhadores! Democratas! Comemoremos o 1.º de Dezembro e o 31 de Janeiro!

CONTRA A EXPLORAÇÃO, PELA LIBERDADE! OFENSIVA GERAL DOS TRABALHADORES!



Ferroviários

(continuação da 1.ª pág.)

çados a vir declarar, mentindo, que as negociações do C.C.T. decorrem em «termos normais». Procurando enganar a opinião pública, recorrem à calúnia. Façam em «agências internacionais» empenhadas em subverter o país» e classificam de «clandestina» a organização legal forjada pelos ferroviários no fogo da sua luta. A verdade é que os ferroviários têm vindo a actuar à luz do dia e até em locais que o próprio governo confessa conhecer.

Enriquecidos pela sua experiência de luta, animados pelo êxito da greve, os ferroviários vão prosseguir o seu combate com novas energias e redobrada confiança nas suas próprias forças, na base da mais ampla mobilização dos trabalhadores, do reforço da sua unidade e organização.

A greve de 1 hora foi um aviso. Os ferroviários prosseguirão a sua luta sem tréguas até verem satisfeitas as suas justas reivindicações.

Milhares de portugueses manifestaram imediatamente o seu apoio à luta dos ferroviários, aprovando dezenas de moções e saudações em numerosas sessões democráticas, durante a campanha «eleitoral».

Saudando os valentes ferroviários pelo alto exemplo de combatividade dado pela sua greve, o «Avante» apela para todos os trabalhadores, para os democratas, para todo o povo, para apoiarem por todas as formas a sua acção.

Ao lado dos ferroviários, na sua na sua luta sagrada pelo direito ao Pão e à Liberdade!

GREVE NA GEFA

Manifestando novamente o seu espírito combativo, as operárias e operários desta fábrica de confecções em Alhos Vedros (antiga FEX) declararam-se em greve no dia 21 de Outubro, às 10 horas da manhã.

No dia seguinte ao meio dia a greve continuava. Unidos e firmes, os 800 operários (na sua maioria mulheres) reclamam aumento de salários.

NA MAGUE

Em fins de Sembro, os operários recusaram-se a fazer horas extraordinárias enquanto não fossem aumentados e o encargo das mesmas não fosse suportado pela empresa.

Ao cabo de 5 dias, numa circular distribuída em todas as secções, a gerência informava o pessoal que lhe fora atribuído aumento geral de salário a partir de 1 de Outubro.

Os operários continuarão a luta se tal aumento os não satisfizer.

Em pleno período «eleitoral», no auge da sua demagogia «liberalizante», M. Caetano agitou o espantinho da miséria e da fome para condenar a greve, na tentativa de refrear a crescente disposição de luta das massas trabalhadoras e iludir as suas reivindicações fundamentais.

Porém, estes cálculos fascistas falharam redondamente. A classe operária e as massas trabalhadoras compreenderam que na actual conjuntura o momento é favorável para o bom êxito de grandes acções reivindicativas.

Agadizando a perturbação nos círculos governantes, os valentes ferroviários recorreram à greve, abrindo o caminho para uma nova e poderosa ofensiva da classe operária e das massas trabalhadoras contra a exploração capitalista, por aumento de salários que acompanhem o aumento do custo de vida, pelas suas reivindicações económicas e sociais.

A greve das operárias e operários da GEFA, a paralisação dos vidreiros de M. Pereira, e na Oliva, as concentrações dos carteiros dos CTT e dos têxteis de Fafe e outras acções mostram a crescente disposição de luta que anima os trabalhadores no momento político que o País está

vivendo.

O movimento democrático ganhou nova expressão com a greve dos ferroviários e com a participação de milhares e milhares de trabalhadores nos grandes comícios, desfiles e manifestações populares durante a campanha «eleitoral», apoiando os candidatos do povo, reclamando o direito à greve, as liberdades sindicais, condenando o fascismo e as guerras coloniais, exigindo a Amnistia e a abolição da Pide, vitorizando a Democracia e a Liberdade.

Força dinamizadora do movimento democrático, para impôr a sua continuidade e fortalecimento após as «eleições», a classe operária tem de prosseguir e intensificar a ofensiva pelas suas reivindicações fundamentais.

Ante o aumento constante do custo de vida, com sindicatos onde se cometem as mais clamorosas ilegalidades e se recusa aos trabalhadores o direito de intervir na discussão dos contratos colectivos de trabalho, a classe operária e as massas trabalhadoras não têm tempo a perder. Chegou a hora de organizar uma vasta ofensiva, contra a exploração e a miséria, pelo direito ao Pão e à Liberdade!

CONCENTRAÇÃO DE CARTEIROS

Centenas e centenas de carteiros, firmes e em bloco fizeram uma concentração no dia 7 de Outubro em frente da Administração Geral dos C.T.T. em Lisboa para apoiarem a sua delegação que reclamava junto do Correio-Mor a satisfação das reivindicações gerais dos carteiros de todo o País.

Depois da concentração de mais de 200 carteiros em fins do ano passado junto do Ministério das Comunicações, das várias acções das telefonistas de Lisboa, Porto e Coimbra, o Estado-patrão continua surdo às justas reivindicações do pessoal dos CTT e procura refrear a sua luta espalhando boatos de que a situação vai melhorar e fazendo apelos à calma e à paciência.

Com a nova concentração que

acabam de realizar, insistindo no aumento de salários, na diminuição do horário de trabalho, na satisfação de todas as suas reivindicações, os carteiros dão um exemplo de firmeza combativa que deve ser seguido por todos os seus colegas dos CTT.

Pessoal dos CTT! O momento é particularmente favorável para o êxito da vossa luta.

Carteiros! Mecânicos! Boletineiros! Telefónistas! Operadores! Trabalhadores do Tráfego! Empregados de todas as categorias! Para forçar o Estado-explorador a atender as vossas justas reivindicações, recorrei a novas concentrações e, se necessário, a novas formas de acção, tais como a paralisações e mesmo à greve, tal como o fizeram exemplarmente os ferroviários!

Solidariedade internacional aos ferroviários em luta

A corajosa luta dos ferroviários portugueses é seguida com grande interesse e simpatia por milhões de trabalhadores noutros países.

Do 7.º Congresso Sindical Mundial, os ferroviários receberam o seguinte telegrama, enviado em 24 de Outubro, em nome de 155 milhões de trabalhadores:

«Tendo tomado conhecimento, durante os seus trabalhos, da greve dos ferroviários portugueses na última 2.ª feira para protestarem contra a lentidão das negociações para o novo Con-

trato Colectivo, e tendo em conta a importância desta luta no quadro do regime fascista em Portugal, o 7.º Congresso Sindical, reunido em Budapeste, saudamos os ferroviários portugueses e declara-se inteiramente solidário com a sua luta».

A União Sindical Mundial dos Ferroviários, os Sindicatos dos Ferroviários da União Soviética e a Federação CGT dos Ferroviários de França também enviaram imediatamente telegramas de apoio aos ferroviários.

Muitas mensagens de solida-

NA EFAGEC

Descontentes com a recente alteração do sistema de trabalho a prémio que representa uma diminuição nos seus salários, os operários foram protestar junto dos encarregados e engenheiros, avisando que deixariam a empresa se não fossem aumentados.

Uma comissão de 8 trabalhadores, entre eles uma mulher, representando todas as secções da fábrica, foi constituída para prosseguir a luta. Numa reunião de 2,30 horas com o engenheiro-chefe, esta comissão fundamentou o pedido de aumento de salários apresentando números sobre o aumento constante do custo de vida.

Continuar a reunir e recorrer a novas formas de acção — concentrações, trabalho lento, paralisações e, se necessário, greve — é o único caminho para a satisfação da justa reivindicação de aumento de salários.

NA OLAIO

Em resultado da luta que vêm travando por aumento de salários e passagem a mensais, os operários acabam de conseguir aumentos diários de 6, 8, 10 e 14\$00.

Porém, os operários continuam descontentes com estes pequenos aumentos e têm rodeado o mestre reclamando aumento geral e satisfatório.

NA BILLERUD

Depois do êxito recentemente alcançado com o boicote à cantina, os operários desta empresa luso-sueca, na Leirosa, empreenderam novas acções e conseguiram ver satisfeitas algumas das suas reivindicações: fim do esgotante regime de horas extraordinárias que de futuro só terão lugar excepcionalmente e quando absolutamente necessário; pagamento das mesmas com o acréscimo de 100% sem os habituais descontos, e outras pequenas regalias.

PARALISAÇÃO NA OLIVA

O pessoal duma secção desta empresa em S. João da Madeira, totalizando cerca de 100 operários, paralisou o trabalho reclamando aumento de salário. Os operários só retomaram o trabalho quando lhes foi garantido que o assunto ia ser resolvido.

Os operários das outras secções já tinham recorrido a esta forma de luta cerca de 2 semanas antes.

riedade têm sido enviadas pelas organizações sindicais de vários países, designadamente da União Soviética, exprimindo o seu apoio fraternal à dura luta dos seus camaradas portugueses.

A CLASSE OPERÁRIA REUNE-SE e discute os seus problemas

A classe operária tem vindo a realizar amplas reuniões para discutir os seus problemas.

Entre as reuniões e outras iniciativas já levadas a efeito são de destacar:

— A grande movimentação dos vidreiros da Marinha Grande em torno da discussão do novo Contrato Colectivo de Trabalho.

— A reunião de 300 metalúrgicos do Porto.

— As reuniões dos ferroviários, estivadores, operários da CUF, operários da Carris, dos gráficos e outros, ligadas à batalha política pelas liberdades democráticas, em defesa dos seus interesses de classe.

PARALISAÇÃO DE VIDREIROS

Para apoiarem a sua reivindicação de aumento de salários, os vidreiros da M. Pereira na Marinha Grande resolveram fazer uma paralisação, dirigindo-se ao gabinete da gerência. O aumento foi-lhes prometido.

CONCENTRAÇÃO DE TEXTEIS

Os operários da Empresa de Fiação e Tecidos, em Fafe, fizeram uma concentração junto da gerência reclamando aumento de salários.

Graças à unidade e firmeza desta acção, conquistaram o aumento reclamado.

Os operários da CUF elaboram a sua carta reivindicativa

Realizou-se, no passado mês de Setembro, uma reunião de operários da CUF, onde estudaram e discutiram os seus problemas, nomeadamente a elaboração duma Carta Reivindicativa dos Trabalhadores da CUF.

Foi constatado que os seus salários não têm acompanhado o aumento do custo de vida; que a exploração a que são submetidos é esgotante e impiedosa; que o «mérito» é uma autêntica burla que tem por fim obter do operário a submissão e o servilismo; que a assistência médica e medicamentosa é deficiente; que a segurança no trabalho é deficientíssima; que os sindicatos não defendem os seus interesses; que a inexistência de liberdades no nosso País agrava ainda mais a sua situação e impede que os seus problemas sejam amplamente debatidos.

Foram aprovadas, entre outras, as seguintes reivindicações a ser levadas à discussão e aprovação de todas os trabalhadores da empresa:

- Salário mínimo de 2.500\$00 por mês;
- Pagamento dos 30 dias do mês e todas as regalias inerentes ao pessoal mensal;
- Salário igual para cada função e categoria profissional;

— O encontro de mais de 1.000 trabalhadores de várias classes no Porto.

— A exposição dos trabalhadores da Carris e M. Caetano e ao ministro das Corporações, com 3.700 assinaturas, exigindo a anulação do A.C.T.

— Os abaixo-assinados dos têxteis e dos metalúrgicos do Porto, com milhares de assinaturas, reclamando a regularização da vida sindical.

Os trabalhadores portugueses representados no 7.º Congresso Sindical Mundial

O 7.º Congresso Sindical Mundial, representando 153 milhões de trabalhadores dos vários países, teve lugar em Budapeste, de 18 a 31 de Outubro, com a presença de mais de 700 delegados e observadores de todo o mundo.

Os trabalhadores portugueses também aqui estiveram representados por uma delegação dirigida por José Vitoriano, secretário do Comité Central do Partido Comunista Português e dirigente sindical.

Historiando a acção dos trabalhadores nos sindicatos fascistas, José Vitoriano descreveu as grandes lutas da classe operária no nosso País, contra a exploração do capital e o jugo fascista, desmascarou a demagogia «liberalizante» das recentes «inovações» introduzidas pelo governo de Marcelo Caetano na legislação sindical, tendo afirmado, ao terminar, que as liberdades sindicais não podem considerar-se separadas

A ACÇÃO REIVINDICATIVA NOS SINDICATOS



BANCÁRIOS — Os 50.000 bancários, representados pelas direcções sindicais, continuam a sua luta pela revisão do Contrato Colectivo de Trabalho que o Grémio vem arrastando, violando as próprias leis fascistas.

Em Assembleias Gerais com 2.000 bancários em Lisboa e com 500 no Porto, os bancários voltaram a discutir os seus problemas, criticando a legislação sindical e as ilegalidades cometidas

pelo Grémio, exigindo a urgente satisfação das suas reivindicações.

PESSOAL DA TAP (Lisboa)

— O novo Contrato Colectivo de Trabalho, oficializando os pequenos aumentos recentemente concedidos, agravou o descontentamento do pessoal. Foi realizada uma reunião de protesto, seguida duma ida de trabalhadores ao Sindicato para apresentarem uma contraproposta de reivindicações mínimas.

Os trabalhadores não podem esquecer que as acções isoladas nada resolvem e que só pelo recurso a formas superiores de luta, como concentrações, paralisações e greve, na base da mobilização e unidade dos trabalhadores, pode forçar o patronato e o governo a atenderem as suas reivindicações.

das liberdades democráticas. «Os trabalhadores sabem que não podem actuar livremente nos sindicatos enquanto o fascismo não for derrubado».

CONTRA AS ILEGALIDADES FASCISTAS NOS SINDICATOS

Ao abrigo da lei sindical fascista ou fora dela, os agentes do patronato e do regime continuam a entrar por todas as formas a actividade sindical dos trabalhadores.

No Sindicato dos Têxteis do Porto, onde a lista apoiada por centenas de operários fora arbitrariamente anulada pelo Instituto Nacional de Trabalho, foi imposta uma Comissão Administrativa da confiança do governo. Decorridos mais de 6 meses após esta nomeação, a Comissão Administrativa até dentro da própria «legalidade» fascista se tornou ilegal.

No Sindicato dos Bancários do Porto, a nova direcção esteve mais de 6 meses sem ser homologada, e só a insistente acção dos trabalhadores durante o período «eleitoral» conseguiu pôr termo a esta arbitrariedade.

No Sindicato dos Comerciantes, as sucessivas direcções não têm sido homologadas desde há cerca de 15 anos! A nova lei sindical em nada alterou esta escandalosa situação.

No Sindicato dos Metalúrgicos do Norte, as ilegalidades sucedem-se em cadeia. A lista eleita pela classe espera homologação há quase 10 meses. A uma diligência dos trabalhadores, o delegado do Instituto Nacional do Trabalho respondeu que a lista «não merece confiança». O presidente da Assembleia Geral do Sindicato, que arbitrariamente considerou inelegível a lista eleita pela classe procurou legitimar a sua actuação recorrendo ao tribunal de trabalho, escudado nesta garantia expressa do delegado do Instituto de Trabalho: «mesmo que o tribunal resolva a favor da lista eleita pela classe, o ministro das Corporações, se quiser, poderá passar por cima da decisão do tribunal!...»

Aquele mesmo delegado, ao receber ultimamente 3 metalúrgicos, fez esta descarada confissão: «Eu sou fascista. Enquanto eu for delegado, a lista não passará!»

No Sindicato dos Empregados de Escritório da Indústria de Petróleos, de Lisboa, o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor tem a data de 1953 e não sofreu até agora qualquer alteração!...

O escândalo no Sindicato dos Profissionais de Propaganda Médica veio coroar este resumido cortejo de ilegalidades. O presidente da Comissão Administrativa da confiança do governo era ladrão. Durante 7 anos, esta Comissão agiu no Sindicato como uma verdadeira ditadura. Os trabalhadores foram impedidos de eleger direcções honestas, por não merecerem confiança...

Trabalhadores!

Estamos a dois escassos meses das eleições sindicais. Não é cedo para realizar reuniões e debater os vossos problemas neste terreno, com vista à elaboração das listas das classes profissionais e respectivos programas de acção.

A eleição de homens e mulheres honrados, fiéis à classe, para as direcções dos sindicatos, integra-se na luta geral dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho e pela liberdade sindical.

Trabalhadores de todos os sectores profissionais! Criai comissões e grupos de trabalho para orientarem e coordenarem toda a actividade que se prende com a preparação das eleições sindicais, com a mobilização dos trabalhadores nas fábricas e outros locais de trabalho, para apoiarem as listas de unidade e irem em massa votar nelas!

extinção da PIDE, dos Tribunais Plenários e da censura e Estabelecimento das liberdades democráticas.

A ampla discussão das reivindicações propostas na Carta em elaboração é sem dúvida a melhor forma para os trabalhadores, em conjunto, decidirem sobre as reivindicações por que se dispõem a lutar.

AS MULHERES

DERAM UM IMPULSO AO SEU MOVIMENTO

Na fase da luta aberta contra o regime durante o período «eleitoral», milhares de mulheres, de norte a sul do País, participaram com entusiasmo e novas energias em numerosas acções democráticas.

Muitos dos seus mais prementes problemas, como mães, como trabalhadoras e cidadãs, vieram publicamente à luz do dia em muitos distritos, nos comícios e sessões da Oposição democrática, em Lisboa, Vila Franca de Xira, Odívetas, Braga, Famalicão, Porto e noutros locais.

A participação feminina na batalha «eleitoral» teve a marca inconfundível das mulheres trabalhadoras. Em poderosas manifestações antifascistas, como os comícios de Alhos Vedros, Moita do Ribatejo, Marinha Grande e Alpiarça, milhares de mulheres trabalhadoras acolheram com vibração e confiança os candidatos do povo que denunciavam os graves problemas que afligem as mulheres e lhes apontavam o caminho da luta.

Com o grito de «Queremos os nossos filhos», as mulheres de Alpiarça ergueram o seu protesto contra as Guerras Coloniais, apoiando vibrantemente um candidato que deplorava o sacrifício inglório da nossa juventude.

Comparecendo em massa num comício realizado em Alhos Vedros, as mulheres deram a melhor resposta aos milhares de panfletos fascistas que haviam recebido, incitando-as a impedir os maridos de votar pela Democracia e pela Liberdade. Na Moita do Ribatejo, uma oradora, mulher do povo, dava a mesma resposta apelando para as mulheres lutarem por um Portugal livre, ao lado dos seus maridos e dos seus filhos.

Fazendo sua a bandeira das reivindicações gerais do povo português, as mulheres ergueram a sua voz de protesto em salas apinhadas ou na rua, em desfiles e manifestações, aos gritos de «Amnistia!», «Pão para todos os portugueses!», «Abaixo as guerras coloniais!», «Abaixo o Fascismo!» «Viva a Liberdade!».

Apresentando-se como candidatas nos distritos de Lisboa, Porto, Braga e Santarém; presidindo e intervindo em numerosas sessões, designadamente em Lisboa, Braga, Famalicão, Marinha Grande, Moscavide, Odívetas, Vila Franca; acorrendo em massa para apoiar os candidatos do povo; realizando dezenas de reuniões para discutir os seus problemas e organizar a sua acção; fortalecendo entre os vários distritos os laços de cooperação com que irão prosseguir o seu combate para além das «eleições», as mulheres portuguesas revelaram em elevado grau o seu ódio ao fascismo, a sua força combativa, a sua capacidade organizadora e deram um novo impulso ao seu movimento.

Enraizado no coração do povo, animado por novas energias, o movimento das mulheres criou forças capazes de assegurar uma mais perfeita estruturação e de prosseguir, na base de acção legais, para as novas fases de luta que se avizinham.

Nada poderá deter na sua marcha o combate das mulheres portuguesas pelos seus direitos de mães e trabalhadoras, pela sua emancipação económica, política e social. Prosseguindo a sua acção, a par da luta geral do povo português pelo fim das guerras coloniais, pela Paz, pela Liberdade, a vitória estará sem dúvida ao seu alcance.

Foi nas ruas e nos comícios

(continuação da 3.ª pág.)

Nos comícios da Marinha Grande com mais de 5.000 pessoas; cerca de 2.500, em Aveiro, no Teatro Aveirense «que jamais terá albergado tanta gente»; mais de 3.000 na Moita do Ribatejo, seguido duma manifestação de mais de 5.000 durante um percurso de cinco quilómetros, até à Baixa da Banheira; mais de 3.000, em Alhos Vedros; mais de 2.000, em Pinhal Novo e na Baixa da Banheira, mais de 5.000 em Almada em dois simultâneos; cerca de 4.000 no Coliseu do Porto, tendo ficado à porta vários milhares de pessoas que não conseguiram lugar; noutro comício no mesmo local cerca de 3.000; cerca de 3.000, no Montijo; mais de 2.000 em Montemor-o-Novo; vários milhares, em Braga, por duas vezes; mais de 2.000, em Setúbal; em Vila Franca de Xira, com a lotação para 1.000 pessoas a sala «estava largamente superlotada, ficando ainda muito povo de fora»; em Coimbra, no Teatro Avenida superlotado; nalgumas pequenas localidades como Estremoz, Albergaria a Velha, Pias, Arrifana, e outras, comícios com assistências de mais de 1.000 pes-

soas em Lisboa, as salas de que os democratas puderam dispor estiveram sempre à cunha, foram sempre demasiado pequenas para conter os muitos milhares de pessoas ansiosas por assistir. Qualquer pessoa poderá pensar que mesmo os maiores estádios da capital seriam pequenos para albergar as multidões que anseiam pela liberdade e a Democracia. Foi aqui e em dezenas de outros comícios e manifestações com a presença de dezenas e dezenas de milhares de pessoas que o povo português disse não à ditadura fascista e à política antinacional do governo de Marcelo Caetano.

Foi nos comícios e nas ruas que as massas populares, com a classe operária e a valente juventude na vanguarda, desmascaram a demagogia «liberalizante» de M. Caetano, se pronunciaram pelo fim da guerra colonial; reclamaram a libertação de todos os presos políticos e uma amnistia total, a dissolução da PIDE, a abolição da censura e o direito de informação, a liberdade sindical e o direito à greve, a liberdade de associação e de organização, travando uma grande batalha pelas liberdades democráticas.

Ala aguerrida da luta democrática A JUVENTUDE estrutura o seu movimento

Sufocada nas suas aspirações e interesses vitais pela exploração e opressão fascistas, a juventude engrossou as fileiras do movimento democrático com todo o seu dinamismo e confiança.

Jovens trabalhadores e estudantes, rapazes e raparigas de todo o País, participaram activa e destacadamente na campanha «eleitoral», decidido a organizar e intensificar a luta pelos seus direitos, no contexto da luta geral do povo português pela conquista da Liberdade.

Os comícios dedicados à juventude que tiveram lugar, particularmente em Lisboa e no Porto, despertaram o maior interesse entre as massas juvenis e atraíram multidões. A sala do Teatro Vasco Santana, em Lisboa, foi pequena para conter mais de 1.000 jovens que ali se cumpriram, sem falar em mais de 1.000 que não puderam entrar. No Porto, os jovens afluíram às centenas ao Teatro Carlos Alberto, o mesmo acontecendo em numerosos colóquios sobre os problemas da juventude que se realizaram em várias localidades do País.

Nas manifestações de rua no 5 de Outubro, distribuindo propaganda das candidaturas democráticas e noutras acções ligadas à campanha «eleitoral», os jovens deram a sua entusiasta e vigorosa participação e, nalguns distritos particularmente o movimento democrático muito ficou devendo às energias inesgotáveis e criadoras da juventude.

Em numerosos comícios da Oposição democrática, com a firmeza das suas intervenções, a força das suas baladas e poemas, galvanizaram a assistência e enraiveceram as hostes fascistas.

A juventude trabalhadora e estudantil manifestou de forma clara o seu desejo de se unir e organizar para defender os seus interesses específicos e desempenhar o papel que lhe cabe na vida e destino da sua Pátria. «Nós queremos ser livres e responsáveis!», declaram num manifesto os jovens trabalhadores do Porto.

As reivindicações da juventude trabalhadora, aprovadas numa reu-

nião de 300 jovens realizada no Porto, vão desde as reivindicações económicas e sociais contra a exploração, pelos direitos sindicais e pelo seu bem-estar material e moral, até às reivindicações de carácter político e cultural, como maioridade aos 18 anos e voto a partir dessa idade, o direito à instrução pelo acesso de todas as classes a todos os graus de ensino, a resolução pacífica do problema colonial e as liberdades democráticas em geral.

Numa reunião que teve lugar na sede da Comissão Democrática do Porto, 400 estudantes discutiram os problemas mais sentidos da juventude estudantil sublinhando os danos que lhe causam as guerras coloniais e as suas exigências de uma verdadeira Reforma do Ensino, de Liberdade, de Progresso social e cultural.

Os problemas mais candentes da juventude e as suas aspirações profundas fazem convergir para a mesma frente de combate os jovens trabalhadores e estudantes. Em Lisboa e vários concelhos dos arredores, nos distritos do Porto, Braga, Setúbal e outros, dezenas de reuniões de jovens impulsionaram de forma decisiva o desenvolvimento da acção juvenil durante a batalha «eleitoral» com vista à estruturação dum movimento da juventude à escala nacional. Dezenas de reuniões de jovens a nível local, distrital e nacional foram norteadas com o mesmo objectivo.

Aspirando a um mundo de Paz, de Amor, de Liberdade e de Progresso, explorada, oprimida e sacrificada em criminosas guerras coloniais, a juventude está contra o fascismo que lhe enegrece a vida presente e os horizontes do futuro com o espectro da guerra, do ódio e da opressão.

Vitalmente interessada em construir um mundo novo, a juventude é uma ala aguerrida da luta democrática. A estruturação e desenvolvimento do seu movimento, na base de acções legais englobando as mais vastas camadas de jovens trabalhadores e estudantes será uma grande vitória da Democracia contra o fascismo.

Quantias recebidas dos amigos do Partido

A juventude	100\$00	« para Ângelo	cracia	413\$00
adere ao P. 415\$	Contos Ver-	Veloso e Dinis	Presos po-	
Alfredo Dinis 51\$00	melhos 150\$00	Miranda 1.000\$00	líticos 1.540\$00	
Alvar 50\$00	Idem 30\$00	« para Ângelo	Reforma agrária 100\$	
Amigo siacero	Idem 210\$00	Veloso 50\$00	Serradura 100\$00	
do P. 100\$00	Democrata	Lopes 500\$00	Idem 100\$00	
Amigos e	amigo do P. 500\$	Luta armada 510\$00	Serra verm. 3.000\$	
arredores 100\$00	Democrata de	Luta constru-	Idem 600\$00	
A minha	esquerda 300\$00	ção civil 200\$00	Idem 1.200\$00	
ajuda 500\$00	Democrata 300\$00	Madalena de	Idem 100\$00	
Idem 600\$00	Dois cama-	Oliveira 1.500\$00	S. João popular 170\$	
A mulher, a	radas 1.000\$00	Médico	Simpulzante	
criança e o	Dr. vermelho 100\$00	amigo 1.000\$00	P.C.P. 100\$00	
fascismo 40\$00	Êxito de	Medicina	Idem 100\$00	
Belzebú 50\$00	inicialiva 850\$00	socializada 100\$00	Idem 200\$00	
Campanha do	Felix 1.000\$00	Milícia 102\$00	Idem 100\$00	
Natal	Fraternidade 40\$00	Pela demo-	Um simpul-	
(Castro) 100\$00	Iniciativa (J) 350\$00	cracia 50\$00	zante 30\$00	
Comerciante	Idem (I) 25\$00	Idem 50\$00	Trabalhadores	
amigo 300\$00	Idem (II) 25\$00	Pela vitória do	vermelhos 1.460\$	
Idem 100\$00	Idem (III) 622\$50	nosso Partido 51\$	Idem 410\$00	
Idem 100\$00	Idem (III) 5\$00	« Pela sociali-	Unidade	
Comerciante	Jovem comu-	zação da me-	actuante 10.000\$	
comunista 100\$00	nista 1.000\$00	dicina» 9.000\$00	« democrática 200\$	
Idem 250\$00	Justiça do	Pela organização	Idem 500\$00	
Comunista até	Povo 1.000\$00	das mulheres 100\$	« e acção 200\$00	
à morte 2.000\$00	Liberdade	Pelo progresso 100\$	Idem 2.000\$00	
Comissão sem	para Cansis	« socialismo 200\$00	Idem 3.500\$00	
cansaço 510\$00	Rocha 612\$00	Por uma verda-		
Ciência pelo		deira demo-	TOTAL: 54.521\$50	



AGORA É O FASCISMO QUE TEM MEDO

Agora não é o povo, mas o fascismo que tem medo. Os obstáculos levantados à campanha da Oposição, as crescentes medidas repressivas, o arrastar de espaldas dos generais, a exaltação e o facciosismo fascistas que irrompem através do superficial verniz «liberalizante», o reforço da «união sagrada» dos vários clãs fascistas transparente nas próprias candidaturas da União Nacional, — são disso testemunho.

A ofensiva democrática e popular encerrala o regime na demagogia «liberalizante», através da qual procura ganhar tempo e salvar-se. O campo de manobra do fascismo restringe-se cada vez mais. Uma vez realizadas as «eleições» para a Assembleia Nacional, o governo terá que definir em novos termos a sua política. Invocando uma «vitória eleitoral», a aprovação pelo eleitorado do regime e da orientação marcelista, é de prever que, mantendo afivelada a máscara «liberalizante» e preparando novas afirmações e medidas demagógicas, lance ao mesmo tempo uma contra-ofensiva política e repressiva para recuperar o terreno perdido e jugular o rápido ascenso do movimento democrático.

Nos quartéis são distribuídos panfletos de oficiais nazis apelando para um golpe das forças

armadas em «defesa da ordem», que no fim de contas só o regime perturba. Linguagem semelhante usam o ministro da defesa e o chefe do Estado Maior. A situação política actual não propicia porém tais aventuras. O recurso a uma grande vaga de terror não resolveria as dificuldades que o regime atravessa e provocaria reacções que o regime procura precisamente evitar.

É o fascismo que está interessado em empurrar os democratas, seja para a descrença nas suas forças e a súbita quebra da iniciativa e de acção como resultado da burla eleitoral, seja para imediatas reacções de desespero em que comprometeriam os sucessos alcançados e queimariam as melhores energias.

Preparando-se para fazer frente à contra-ofensiva fascista, vigilante quanto ao evoluir da situação para adoptar a orientação e as medidas correspondentes, o movimento democrático, na fase actual, não deve deixar afastar-se dos objectivos da luta legal que se propôs e das formas de acção que adoptou. O movimento democrático está hoje extraordinariamente mais forte do que estava um ano atrás e, em qualquer caso, sairá desta etapa em condições mais vantajosas para prosseguir.

Neste período, o Partido Co-

munista Português tem actuado e actua em condições muito particulares. Partido da classe operária, único partido revolucionário, único que mereceu a honra de ser explicitamente excluído da «tolerância» anunciada pelo governo de M. Caetano forçado à clandestinidade, acusado simultaneamente de «recusar a submeter-se à lei» e de «procurar o abrigo da ilegalidade», com os seus dirigentes presos ou clandestinos, perseguidos os seus militantes, — o Partido Comunista Português está ciente de ter dado ao movimento democrático (à sua orientação, à sua acção política, à sua organização) o contributo que era legítimo exigir da responsabilidade que lhe cabe.

A todos os membros do Partido, militantes anónimos do povo português, a cuja acção dedicada e corajosa nestas complexas condições estão ligados muitos dos sucessos alcançados, vão neste momento as nossas ardentes saudações e a plena certeza de que não poupam trabalhos, canseiras, sacrifícios, para assegurar o êxito à luta sem tréguas que o nosso povo trava contra a ditadura fascista.

(Da alocução de A. Cunhal através da Rádio Portugal Livre, em 16 de Outubro passado).

DIREITO À GREVE?

Na sua histeria patrioteira, a camilha governante chegou ao ponto de organizar greves nos portos de Lourenço Marques, Lisboa e Leixões. Toda a gente ficou sabendo que alguns estivadores se recusaram a descarregar barcos suecos e, mais do que isso, barcos de qualquer nacionalidade, incluindo portugueses, que transportassem mercadorias de origem sueca.

O Ministério das Corporações e delegados do I.N.T. conversam com os estivadores e dirigentes sindicais fascistas, pretendem negociar, mas nada feito. Os estivadores — dizem — recusam terminantemente descarregar mercadorias de origem sueca.

É caso para perguntar se o governo resolveu, enfim, considerar o recurso à greve como um direito dos trabalhadores.

Se os estivadores portugueses por iniciativa e vontade próprias se recusam a trabalhar em barcos suecos, nada a dizer, é um direito. Perguntamos apenas: Porque se reprimem os estivadores e outros trabalhadores da cidade e do campo quando reclamam simplesmente melhores condições de vida e de trabalho ou apenas a sua sindicalização? Porque se reprimem com violência e se metem nas prisões, por vezes durante anos, os trabalhadores que para obterem um pouco mais de pão são obrigados a recorrer à greve?

O POVO PORTUGUÊS RECLAMA: Fim das guerras coloniais!

O povo português quebrou o silêncio e destruiu o tabu: o problema colonial foi discutido. Foram condenadas as guerras coloniais.

Na «Estação Nova» em Coimbra, uma manifestação de mais de 300 pessoas saudou e apoiou os 49 estudantes que iam partir, convocados ao abrigo do recente decreto-lei que condiciona o adiamento do serviço militar ao comportamento escolar.

Apesar da presença de vários agentes da PSP e da Pide espalhados na estação, a multidão manifestou ininterrupta e enérgicamente durante 15 minutos, o seu protesto aos gritos de «Abaixo a guerra colonial!», «Abaixo o fascismo!», «Abaixo a Pide!».

A manifestação continuou na «Estação Velha», onde já se encontrava muita gente para o mesmo fim. Nova concentração, o mesmo grito: «Abaixo a guerra colonial!», «Abaixo o fascismo!», «Fora a Pide!».

Após a partida do comboio, os manifestantes organizaram uma marcha pela estrada nacional Porto-Coimbra, até à Baixa. A manifestação terminou sob o mesmo clamor: «Abaixo a guerra colonial!».

A Pomba da Paz que esvoaçava no fundo dum palco, em Alhos Vedros, os disticos de «Paz Sim, guerra não» e «Autodeterminação para o Ultramar» nas ses-

sões de Coimbra, Almada e outras eram bem o símbolo do ódio do povo português às guerras coloniais.

Interpretando os sentimentos populares, os candidatos democratas mais consequentes venceram as maiores dificuldades e a intimidação policial e reclamaram uma justa solução para o problema colonial.

Em Vila Franca de Xira, Lisboa, Santarém, Alhos Vedros, Póvoa de Varzim e muitas outras sessões «eleitorais», foi reclamado o fim das guerras coloniais, na base de negociações com os representantes dos movimentos de libertação.

Em Corroios, numa sala completamente apinhada pelo povo, foi no meio de vibrantes aplausos que um candidato afirmou que o povo português deseja ardentemente o fim da guerra em África.

Sim. São os jovens, são as mulheres, é o povo trabalhador que assim o reclama. São as mulheres de Alpiarça, no seu grito de mães atormentadas: «Acabe-se com a guerra colonial! Queremos os nossos filhos!». É o povo nas ruas, com expressiva participação dos jovens, nas manifestações do 5 de Outubro em Lisboa, no Barreiro, no Porto e noutros locais do País, juntando aos vivas à liberdade um novo brado: «Abaixo as guerras coloniais!» É o povo nas ruas, que ocorre com entusiasmo aos comícios-

SOB NOVA MÁSCARA NIXON PROSEGUE A GUERRA NO VIETNAM

Forçado a responder aos crescentes clamores que se levantam em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, onde tiveram lugar ultimamente manifestações de mais de 30 milhões de americanos, contra a canibalesca agressão imperialista ao Vietnam heróico, Nixon nada avançou no seu discurso de 5 de Outubro.

Sob a máscara da «vietnamização da guerra», Nixon não consegue ocultar os objectivos criminosos da política imperialista norte-americana, que visa manter as tropas norte-americanas no Vietnam, prosseguir a

-relâmpago e gritam «Acabem com a guerra injusta nas colónias» em frente das câmaras de Paços de Ferreira e de Loures. É o povo que aplaude a condenação das guerras coloniais nas salas e recintos repletos dos comícios democráticos e sai para a rua aos gritos de «Abaixo as guerras coloniais!», como fizeram mais de 1.000 pessoas à saída do Coliseu no Porto, 5.000 na Moita, e noutros locais.

A juventude, as mulheres, o povo português, já não podem silenciar o seu profundo anseio e o seu protesto.

Em novas acções, com crescente vigor e determinação, o povo português reclamara:

- Negociações com os movimentos de libertação nacional com vista à autodeterminação e independência!
- Nem mais um soldado para as guerras coloniais!
- Regresso dos soldados!

guerra e alargá-la a outros países do Sueste Asiático, como já aconteceu no Laos, com a louca ambição de submeter os povos desta região do mundo que já se libertaram do jugo imperialista e constroem uma vida nova, socialista, e impedir finalmente que os outros países sigam este caminho luminoso.

Outra conclusão não se pode tirar do seu «plano de paz» e para vietnamizar a guerra». Nixon nada disse sobre o prazo para a retirada total de todas as tropas norte-americanas, o que era fundamental para se poder medir o desejo e a sinceridade dos Estados Unidos em pôr fim à guerra.

Falando apenas na retirada das tropas terrestres, Nixon deixou claro que os círculos governantes dos Estados Unidos mantêm a sua criminosa política contra o heróico povo do Vietnam, com a aviação e a marinha de guerra americanas a escudar as tropas da clique traidora de Saigão.

Praticamente em todos os países do mundo assiste-se a uma mobilização de massas cada vez mais larga. São cada vez mais potentes os protestos mundiais, exigindo o fim da agressão ao Vietnam e a retirada incondicional de todas as tropas norte-americanas.

O povo português, a classe operária, as massas trabalhadoras, a valente juventude, os intelectuais progressistas devem também tomar medidas concretas e imediatas para que se multipliquem e alarguem em Portugal as acções de solidariedade ao heróico povo do Vietnam.

O POVO SOVIÉTICO CELEBRA O 52.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO E AVANÇA VITORIOSO NA CONSTRUÇÃO DO COMUNISMO



Há 52 anos na Rússia czarista, a classe operária em aliança com os camponeses pobres, sob a orientação do Partido de Lênine, tomou nas suas mãos os seus próprios destinos.

Pela primeira vez na história da humanidade, era destruída a velha «ordem» de exploração, miséria e opressão exercida pelas classes dominantes, em defesa dos interesses egoístas.

Graças a um Estado de novo tipo, assente em bases amplamente democráticas e com a participação criadora das massas trabalhadoras na direcção política e económica, o povo soviético, pioneiro da Revolução Socialista, deu vida a um velho sonho das classes e dos povos oprimidos, liquidando a exploração do homem pelo homem no seu país, libertando do jugo nacional as nações submetidas ao antigo império russo e pondo ao serviço do povo trabalhador todos os bens materiais, todos os benefícios da ciência, da técnica e da cultura.

Contra as sucessivas investidas das forças da reacção e do imperialismo, levantou-se heróica e abnegadamente todo o povo soviético, sob a bandeira do Partido Comunista, fazendo triunfar definitivamente o socialismo no seu País no curto espaço de algumas décadas, e assegurando a sua passagem ao comunismo.

No 52.º aniversário da Revolução Socialista, o povo soviético e a seu lado os povos do mundo inteiro, celebram novos sucessos alcançados nos domínios económico, social, científico e cultural e a marcha vitoriosa do comunis-

mo na União Soviética.

Saudada com entusiasmo e ardor pelos trabalhadores e os povos do mundo inteiro, a construção do comunismo na União Soviética é uma vitória histórica das ideias do marxismo-leninismo, em que a classe operária, sob a orientação do glorioso Partido Comunista da União Soviética, se continua a afirmar como a força decisiva.

Fortaleza das forças revolucionárias do mundo inteiro, a União Soviética prossegue uma política tenaz e consequente pelo fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional, pela paz e segurança dos povos, contra a terrível ameaça dum guerra termonuclear.

Fiel aos princípios do internacionalismo proletário, a União Soviética presta ajuda constante e multilateral ao heróico povo vietnamita, solidariza-se activamente com a luta dos povos árabes e com os povos submetidos à dominação colonial e imperialista, em luta pela sua libertação.

Na sua dura luta contra o jugo fascista, o povo português tem o apoio solidário e fraternal do povo soviético, recentemente reafirmado no encontro entre o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, e o camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética. A solidariedade do povo soviético aos presos políticos nos países fascistas, inscrita como um dos pontos do programa das comemorações do 52.º aniversário da Revolução de Outubro, é uma nova manifes-

tação de internacionalismo e de ajuda fraternal que o povo português não esquecerá.

Viva o glorioso Partido de Lênine e o povo soviético, obreiros

do Comunismo! Viva a amizade fraternal entre o povo soviético e os povos do mundo! Viva o comunismo!

Checoslováquia UM PASSO DECISIVO

A reunião do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia realizada em 25/27 de Setembro marca um passo decisivo para a consolidação e prosseguimento das realizações do regime socialista, para o fortalecimento da unidade e do papel do Partido, para o reforço da cooperação dos países socialistas. As resoluções do CC representam um duro golpe para as forças antisocialistas e os oportunistas de direita.

No relatório apresentado ao C. C., o camarada Husak referiu largamente os graves erros da direcção do Partido, designadamente do camarada Dubchek, nos primeiros meses de 1968. Mostrou como a acção das forças antisocialistas e contrarrevolucionárias, estimuladas pelas posições e actividade dos oportunistas de direita na própria direcção do Partido, conduziram a sociedade à beira dum catástrofe.

A recusa a participar na Conferência de Varsóvia dos países socialistas, o rompimento aberto e público com os aliados, o facto de a direcção Dubchek não ter cumprido os compromissos assumidos nos encontros de Cierna e de Bratislava de 29 de Julho e de 3 de Agosto de 1968, a violação dos princípios do internacionalismo e a falta de sentido da responsabilidade, foram largamente invocadas para explicar a situação que conduziu à entrada na Checoslováquia das tropas aliadas, a fim de proteger o socialismo na Checoslováquia e a segurança do campo socialista.

«A entrada das tropas aliadas na Checoslováquia na situação existente no verão de 1968 (diz-se na Resolução do CC do PC da Checoslováquia de Setembro de 1969) foi motivada pelos interesses da desesa do socialismo na Checoslováquia contra as forças de direita, antisocialistas e contrarrevolucionárias, pelos interesses da segurança do campo socialista e pelos interesses do movimento

comunista e operário. Não se tratou de forma alguma dum acto de agressão contra o povo, não se tratou dum ocupação do território checoslovaco ou da supressão da liberdade e do sistema socialista».

As lamentações da imprensa burguesa e reaccionária acerca desta histórica reunião são altamente esclarecedoras. Chega a ser caricato ouvir fascistas reaccionários de todos os matizes e «socialistas» que de «socialistas» só têm o nome, afirmar e reafirmar que o socialismo na Checoslováquia não estava em perigo em 1968 e que depois de Agosto e ainda agora é que está em perigo. Qualquer criança compreende que, se assim fosse, teriam coberto de acusações e protestos o curso político da primeira metade de 1968 e de teriam foguetes de alegria ante a ajuda fraternal da URSS e de outros países socialistas e ante as recentes medidas do PC da Checoslováquia... A verdade é que pela acção decidida do PC da Checoslováquia e pela ajuda fraternal da URSS e outros países socialistas, esvaem-se em fumo as esperanças da separação da Checoslováquia da comunidade socialista e da restauração do capitalismo nesse país e a reacção mundial sente bem que a contra-revolução perdeu definitivamente a partida.

A evolução da situação na Checoslováquia e as decisões do PC da Checoslováquia, comprovam a justeza da análise feita e da posição assumida pelo Partido Comunista Português. Sempre activamente solidário para com o partido irmão e os trabalhadores da Checoslováquia; a que está ligado por tradicionais laços de amizade e cooperação, o PCP saúda os seus êxitos na luta contra as forças contra-revolucionárias e anti-socialistas, e faz ardentes votos para que prossiga o caminho da construção vitoriosa do socialismo iluminado pelo marxismo-leninismo, pelo internacionalismo proletário.

Telegrama de felicitações pelo novo êxito soviético no cosmos

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do P.C.P., enviou ao C.C. do P.C.U.S. o seguinte telegrama:

«Queridos camaradas: Por motivo do êxito do vôo da Soyuz 6, da Soyuz 7 e da Soyuz 8, o Partido Comunista Português envia as mais calorosas felicitações ao Partido Comunista, ao povo e aos cosmonautas da União So-

viética.

Cada passo, cada vitória da União Soviética, representa uma contribuição para o reforço da comunidade socialista e para a luta dos trabalhadores e dos povos que ainda se encontram sob o jugo do imperialismo.

Nós alegramo-nos com este êxito da União Soviética como se ele fosse um êxito nosso».

Na festa do «Drapeau Rouge»

No dia 1 de Junho realizou-se a festa do «Drapeau Rouge», órgão do Partido Comunista Belga. Uma enorme multidão acorreu aos recintos da festa que este ano apresentava uma novidade: a presença do Partido Comunista Português e do jornal «Avante».

Dois pavilhões marcavam a presença portuguesa. O povo belga pôde tomar contacto com a luta do povo português através das exposições fotográficas e da imprensa clandestina. Uma enorme multidão visitou igualmente o pavilhão da solidariedade aos presos políticos, que era dedicado à memória dos nossos queridos camaradas Manuel Rodrigues da Silva

e, por iniciativa dos mineiros de Aljustrel emigrados, de António Adângio, ambos vítimas do fascismo.

Uma petição reclamando a «libertação imediata de todos os presos políticos» recolheu centenas de assinaturas, entre as quais as de Marc Drumaux, presidente do PC Belga e doutros membros do CC.

Ao tomar conhecimento da situação dos presos políticos portugueses, um grupo de deputados, senadores, operários, empregados e estudantes enviaram uma petição a Marcelo Caetano, que recolheu cerca de 600 assinaturas.

«A perspectiva revolucionária da luta contra a ditadura fascista nunca deve ser esquecida.

Se na fase actual os maiores esforços devem ser concentrados para o prosseguimento da acção legal e semi-legal, para o desencadeamento dum poderoso movimento político de massas, para a criação de amplas estruturas correspondentes, para a radicação na legalidade ou numa semi-legalidade das actividades da Oposição, nunca se deve perder de vista que a ditadura fascista não cederá sucessivamente posições atrás de posições, não se conformará com a aparição na vida política nacional à luz do dia de uma real Oposição popular, nem com o desenvolvimento de movimentos em que participem massas cada vez mais amplas».

(«A situação política actual e as tarefas imediatas na luta contra a ditadura fascista — C.C. do P.C.P. de Agosto de 1969».)